

HIBRIDISMO DE PAPÉIS DO INSPETOR NOS INTERROGATÓRIOS POLICIAIS NA DELEGACIA DA MULHER

(Police officer's role hybridismo in a female police station)

Priscila Júlio Guedes Pinto¹

(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Paulo Cortes Gago²

(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

ABSTRACT

This study investigates the role of a police officer of a female police station based upon the framework of Conversation Analysis and the situated perspective of roles in interaction, in a qualitative research of interactional sequences, recorded and transcribed according to the Jefferson's model. As a result, we point out to the presence of hybridism of roles in this professional practice, what opens up the discussion about it's (re)description as an applied contribution.

Key-words: *interaction; roles; professional practice; Conversation Analysis; police officer.*

RESUMO

Investigamos o papel de um inspetor de polícia de uma delegacia da mulher a partir do instrumental da Análise da Conversa e da perspectiva situada dos papéis em interação, em trabalho qualitativo de pesquisa de sequencias interacionais, gravadas e transcritas de acordo com o modelo Jefferson. Como resultado, apontamos a presença de hibridismo de papéis nessa prática profissional, o que abre a discussão sobre sua (re)descrição em contribuição aplicada.

Palavras-chave: *interação; papéis; prática profissional; Análise da Conversa; Inspetor de polícia.*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho integra a coleção de artigos do GT (grupo de trabalho) da ANPOLL *Práticas Identitárias na Linguística Aplicada* e reflete nossas discussões na gestão GT por Claudiana Nogueira de Alencar (UECE) e Dina Maria Martins Ferreira (UECE) sobre o tema hibridismo e fronteiras.³

A vida humana na contemporaneidade apresenta uma verdadeira complexidade em suas formas de existência, colocando-nos em constante desafio de compreensão de nossas

¹ Doutoranda em Linguística na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professora de Português/Espanhol do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTE-MG). Atualmente, desenvolve, juntamente com o Prof. Dr. Paulo Cortes Gago, trabalhos relacionados à prática policial no contexto da Delegacia da Mulher. Atua na área de Linguística Interacional, com ênfase na Linguística Aplicada das Profissões.

² Professor associado do departamento de Letras Anglo-Germânicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e atua no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, desenvolvendo pesquisa na área de Linguagem e Interação em contextos institucionais. Bolsista de produtividade de pesquisa do CNPq, que apoia a produção deste trabalho (processo nº300750/2012-9).

³ Agradecemos à leitura cuidadosa e comentários generosos de Márcia Del Corona (Unisinos), todos incorporados na versão final. São de nossa inteira responsabilidade, entretanto, todos os problemas remanescentes.

práticas em todas as esferas, haja vista a multiplicidade de novas formas que criamos. A noção de hibridismo capta esse momento, ao ser entendida como mescla, mistura, mixagem. Segundo Sarangi (2011:271), “o hibridismo é um fenômeno pervasivo nas esferas pública e privada da sociedade contemporânea”. Há hibridismo de células, de formas de jogo (e.g. o futevôlei), na agricultura com novas formas de frutas, e, claro, na linguagem, vide as inúmeras palavras nos *blends* lexicais, já mostrados na morfologia portuguesa por Gonçalves (2006: 219): “mãedrasta (madrasta tão boa como uma mãe), bebemorar (comemorar à base de bebidas), tricha (homossexual afeminado em demasia; três vezes bicha), halterocopismo (levantamento de “copos” com bebida alcoólica)”, etc.

Essa noção de hibridismo, como se vê, possui a peculiaridade de ser eminentemente uma noção *interacional*, o que se presta à nossa discussão de *hibridismo de papéis do inspetor no interrogatório policial na delegacia da mulher*. O evento interrogatório policial ocorre, quando há um suposto crime cometido, e alguém apresenta uma denúncia ou então o Estado toma conhecimento de um crime (e.g. acha-se um cadáver na rua). Em ambos os casos, é dever da polícia investigar o suposto crime e, na hipótese de haver indícios do crime, o inquérito policial é encaminhado ao ministério público, que oferece, então, a denúncia, e instaurando-se, então, um processo criminal. Em direção oposta, o inquérito é arquivado quando há falta de provas. Em nossa delegacia, os inspetores atendiam casos, tanto de violência contra a mulher, como de menores infratores; ambos presentes em nosso corpus.

Centralmente, nesse evento, tomam parte o inspetor de polícia, a vítima (mulher ou menor) e o suspeito, ou o menor infrator, cabendo ao inspetor conduzir o interrogatório policial. Embora o tema de nosso trabalho – hibridismo de papel - possa ser estudado em relação a todos os participantes do evento, focamos na atuação profissional do inspetor de polícia em si; igualmente, apesar da temática da violência contra a mulher ser de suma relevância, ela não é nosso foco aqui.

No interrogatório, o inspetor, prototipicamente, realiza perguntas às partes com o objetivo de obter alguma confissão do possível delito, o que nos permite afirmar que o policial exerce o papel de perguntador, e os outros interagentes, o de respondedor. Aprofundamos nessa pesquisa discussão iniciada em Pinto (2009), na qual a autora mostrou, em resumo, que um inspetor de polícia, na verdade, também promove negociações durante o interrogatório policial, por exemplo, propondo a venda de uma casa, motivo da agressão a uma mulher, ou propondo a separação para acabar com a violência. O papel de negociador extrapola o papel oficialmente constituído para o policial, o que abre espaço para nos perguntarmos sobre outros papéis por ele exercidos em sua prática profissional de

investigador policial. Pretendemos dar conta dessa questão a partir do instrumental da Análise da Conversa e da perspectiva situada dos papéis em interação, em trabalho qualitativo de pesquisa, tendo como insumo de reflexão a atuação concreta de um inspetor de polícia de uma delegacia da mulher no Estado de Minas Gerais, em sequencias interacionais, gravadas e transcritas de acordo com as convenções (anexas) da Análise da Conversa. Tratamos a seguir da noção de instituição e posicionamo-nos em relação à teoria de papéis.

2. INSTITUCIONALIZAÇÃO E PAPÉIS

Como, na verdade, o papel do inspetor de polícia mostra-nos, de fato, uma faceta da *instituição* policial, é proveitoso discutirmos a relação entre institucionalidade e papéis, travada no âmbito da Sociologia (BERGER, LUCKMANN, 1996[1966]; PARSONS, 1954:), da Linguística Aplicada das Profissões (SARANGI, 2001).

Em contribuição sócioconstrucionista, Berger e Luckmann (1996[1966]) entendem que qualquer atividade humana é passível de se tornar um hábito, acarretando sua repetição a consequência na vida humana em sociedade de produzir significados a ela associados. Sempre que nos encontramos em nova situação (ou nova atividade), os significados por nós atribuído em situação anterior parecida de uma mesma atividade serão usados como base para definir a nova situação, evitando, assim, que cada nova repetição precise ser redefinida. Segundo os autores, o processo de formação de hábitos precede a institucionalização, entendida como “uma tipificação recíproca de ações habituais por tipo de atores” (BERGER, LUCKMANN, 1996[1966]:79), ou seja, sempre que dois atores sociais reconhecerem, em um mesmo padrão de ações, um mesmo significado, ocorrerá a institucionalização. Por exemplo, comer feijoada aos sábados, nos restaurantes cariocas, tornou-se uma instituição do Rio de Janeiro, assim como a maternidade é uma instituição, e a polícia, também o é.

A definição acima é libertadora, pois deixa entrever claramente que uma instituição não se define pelo espaço físico, mas sim em função de uma atividade exercida, o que nos remete à centralidade dos papéis na vida social. Os autores defendem que uma instituição pode ser representada de diversas formas: através de objetos físicos, naturais e artificiais, e.g. uma sala de aula, uma foto, um uniforme, um brasão, etc., porém todas essas representações de nada valem, tornam-se, na palavra dos autores, “mortas” (isto é, destituídas de realidade subjetiva), a menos que sejam continuamente “vivificadas” na conduta humana real.” (BERGER, LUCKMANN, 1996[1966]: 105, aspas no original), ou seja, a menos que haja pessoas em determinado papel na instituição. Deste modo, afirmamos com eles que “a representação de uma instituição em papéis, e por meio destes, é assim a representação por

excelência, de que dependem todas as outras representações” (BERGER, LUCKMANN, 1996[1966]: 105).

Uma vez que discutimos os papéis em uma prática profissional – a de inspetor de polícia – adicionamos a discussão de Beauchamp e Childress (2001) sobre a ética profissional, quando definem o profissionalismo como as habilidades e os conhecimentos adquiridos, relativos a uma atividade profissional, via treinamento especializado, com o objetivo de fornecimento de serviços importantes para clientes e consumidores. De fato, Parsons (1954) vincula expressamente profissão a papel, no momento em que define profissão como “um conjunto de papéis ocupacionais, ou seja, papéis em que aqueles que os exercem performam certas funções, valorizadas na sociedade em geral, e, ganham sua vida por meio dessas atividades em uma profissão de tempo integral” (PARSONS, 1954, p. 372).

Na prática, a análise de papéis e hibridismo será feita através da proposta de Sarangi (2000, 2010, 2011), apresentada em resumo aqui. O tema é bem mais complexo, e abarca as noções correlatas de *self* e identidade, e implicaria em discutir outras propostas de categorização de papéis concorrentes (e.g. ZIMMERMANN, 1998), etc., entretanto, por motivos de espaço, limitar-nos-emos apenas à revisão das ferramentas para analisarmos a conversa em si – os conceitos de *conjunto de papéis*, *múltiplos papéis*, *papel discursivo* e *papel de atividade* – instigando o leitor a consultar o material acima citado para o seu aprofundamento.

A discussão sobre papéis implica em retomarmos a noção sociológica de *status*, da qual deriva a noção de papel. Linton define o *status* como “a posição de um indivíduo no sistema de prestígio de uma sociedade”, e papel, como “o aspecto dinâmico do status: o que um indivíduo precisa fazer para validar sua ocupação do status” (1971[1945]: 112). Quando entramos em uma instituição, é-nos dada uma posição em seu sistema de hierarquias (um *status*), mas o que desempenhamos de fato são as situações dentro e fora da instituição, enquanto atuamos por ela, ou seja, o que vivemos, na prática, são os papéis. Por exemplo, um bancário pode desempenhar as funções de atendente, caixa, gerente, superintendente, diretor, etc.; um professor universitário pode atuar como professor, orientador, avaliador de artigos e projetos de pesquisa, membro de banca de concursos, etc.

Merton (1968) critica na proposta de Linton (1971[1945]) que este relaciona *status* a um único papel, o que não condiz com a realidade vivida nas instituições. Merton (1968), então, reelabora a proposta, avançando com as noções de *conjunto de papéis* e *múltiplos papéis*. Conjunto de papéis é definido como “a complementaridade de relações de papel que pessoas possuem em virtude de ocuparem um status social específico”, e múltiplos papéis,

como “o complexo de papéis associado, não com um único status social, mas com vários status (frequentemente em esferas institucionais distintas), em que os indivíduos se encontram” (MERTON, 1968:423-424). Dessa forma, um indivíduo, em determinado momento de sua vida, exerce *múltiplos papéis*, porque participa de diversas instituições (e.g. é sócio de um clube, pertence a uma comunidade religiosa, é pai, chefe no trabalho, etc.), e, ainda, em seu trabalho, no caso de uma única instituição (o exemplo anterior do professor universitário), exerce um *conjunto de papéis*. Este aspecto dos papéis coloca em evidência o seu caráter dinâmico, em contraposição ao caráter de estabilidade da noção de status.

O ponto que nos interessa aqui é a possibilidade de investigarmos o desempenho profissional do inspetor de polícia de forma mais próxima de sua atuação real, o que pode descortinar papéis não previstos em sua formação profissional, ou exercidos de forma não consciente, permitindo-lhe (e à polícia como um todo) a reflexão. Essa abordagem permite-nos também tratar de *papéis conflitantes* ou *complementares*. Por exemplo: um presidente da república não pode ao mesmo tempo receber verba para campanha de empresas privadas, e, ao mesmo tempo, gerir o dinheiro público; um membro de banca de concurso público docente não pode ter como um dos candidatos alguém de sua família ou um ex-aluno. Esses papéis são conflitantes. Porém, os papéis de líder presidente de associação de morador e de mediador comunitários podem se complementar, assim como os de docente e pesquisador.

Para a análise linguística dos papéis, adicionamos duas definições de Sarangi (2000, 2010, 2011): 1) a de *papel discursivo*, que se refere aos papéis exercidos em relação à mensagem em si (e.g. o de falante corrente, ouvinte, perguntador, respondedor, etc.); e 2) a de *papel de atividade*, aqueles papéis ligados ao tipo de atividade, da qual o indivíduo participa em dado momento (mediador, conciliador, inspetor, etc.).

Dessa forma, entendemos o hibridismo de papel como todas as possibilidades de configuração das mesclagens de papéis na vida institucional. Delineamos abaixo parâmetros da conversa institucional.

3. A CONVERSA INSTITUCIONAL E ASPECTOS SEQUENCIAIS

A perspectiva construcionista esposada fornece-nos também o gancho para pensarmos instituição, papéis e linguagem. Segundo Berger & Luckmann (1996, p. 101) “a tipificação das formas de ação requer haver nestas um sentido objetivo, que por sua vez exige uma objetivação linguística”. Ou seja, é preciso linguagem para ocorrer a tipificação.

A atuação do inspetor de polícia (e das partes) ocorre em um espaço, denominado de turno de fala (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2003[1974]), materializado nas assim chamadas *unidades de construção de turno* (UCT), reconhecidas em função de sua extensão,

que pode ser de quatro tipos: *lexical* (extensão de uma só palavra), *sintagmática* (de um sintagma), *clausal* (de oração com um núcleo verbal) ou *sentencial* (de oração com mais de um núcleo verbal).

Como já apontamos, na maior parte do tempo, a fala do inspetor dá-se por meio de perguntas, e a dos interrogados, de respostas. Essa estrutura de fala – pergunta e resposta - é denominada em Análise da Conversa¹ de par adjacente, e representa uma boa parte do material linguístico produzido pelo ser humano. Há outras estruturas de fala, como as narrativas, ou as prestações de conta, as prestações de conta narrativizadas, as formulações, etc., nas quais não entraremos aqui por limitação de espaço. Focaremos apenas nos pares adjacentes, como forma básica de tipo de sequência na conversa.

Os pares adjacentes apresentam as seguintes características: 1) são compostos de dois turnos; 2) executados por falantes diferentes; 3) posicionados adjacente, i.e., um depois do outro; 4) podem ser diferenciados em primeira parte do par (doravante PPP) e segunda parte do par (doravante SPP); 5) são de tipo específico (e.g. convite, cumprimento, elogio, etc.). Os pares adjacentes formam uma sequência mínima de ação, e cada par pode ser expandido nos seguintes lugares: 1) antes da PPP, 2) entre PPP e SPP, e 3) depois da SPP. Exemplos de pares adjacentes são os cumprimentos (“oi” / “oi”), o agradecimento e a resposta (“obrigado” / “de nada”), o convite e a aceitação (“aceita?” / “aceito.”), etc. (GAGO, 2005; SCHEGLOFF, 2007).

Onde estaria a institucionalidade da fala? Heritage (1997) propõe seis “lugares” na conversa, que funcionam como orientações metodológicas de como estudar a conversa institucional: 1) a organização da tomada de turno; 2) a organização estrutural global da interação (as fases); 3) a organização sequencial (os tipos de sequência em si); 4) o desenho do turno (mitigação, hesitação, fala (in) direta, etc.); 5) a escolha lexical; 6) as formas de assimetria. Nossa análise foca nos itens três, quatro e cinco. Em seguida, apresentamos aspectos metodológicos da pesquisa e relativos à geração e tratamento dos dados.

4. METODOLOGIA E DADOS DA PESQUISA

O presente estudo parte da ideia de que a construção do significado dá-se a partir da perspectiva dos participantes, já que a realidade é construída no decorrer de eventos interacionais realizados por atores sociais, visão que se opõe àquela de mundo formado por estruturas pré-existentes. Essa tentativa de explicar o significado imediato e local das ações sob o ponto de vista dos atores sociais envolvidos caracteriza a nossa pesquisa como qualitativa de cunho interpretativo, dado que o paradigma qualitativo propõe uma abordagem

interpretativa para o conhecimento social, reconhecendo que “o significado emerge por meio da interação e não é padronizado de lugar para lugar ou de pessoa para pessoa” (RUBIN & RUBIN, 1995: 31).

Ao partirmos da concepção de que a realidade e a ordem social não são pré-existentes e de que é por meio da fala-em-interação que se concretizam as práticas sociais, pautaremos a nossa pesquisa nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise da Conversa, gravando dados e considerando, na nossa análise, a sequencialidade da fala como forma de perceber a realização e a interpretação das ações dos indivíduos na fala-em-interação.

Para a realização do nosso estudo, foram gravados⁴ um total de dez interrogatórios policiais na DRCCM, em aparelho de MP3. Embora tais dados tenham sido gerados em uma Delegacia da Mulher, aí não se recebem somente casos relacionados à violência contra a mulher, mas também outros tipos de casos, como: abuso sexual de menores, maus tratos de menores, etc. Dessa forma, o nosso *corpus* é composto por uma diversidade de casos criminais.

Posteriormente às gravações em áudio, os dados foram transcritos segundo o modelo proposto por Jefferson (ver em SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 2003 [1974]). Nas transcrições, os nomes reais dos participantes ratificados presentes nas interações foram substituídos por nomes ligados à posição hierárquica da instituição como inspetor, vítima e suspeito, bem como os nomes de lugares, instituições, etc. mencionados no decorrer dos interrogatórios policiais foram substituídos por nomes fictícios, garantindo, assim, o anonimato das pessoas envolvidas nos processos policiais e preservando a imagem delas, já que a utilização de nomes fictícios torna-se impossível identificá-las em qualquer momento da interação.

Além das gravações em áudio e das transcrições, utilizamos, ainda, para a nossa pesquisa, as notas de campo para registrar as impressões não captáveis pelo áudio, e para fazer os comentários gerais que pensamos serem pertinentes para o nosso estudo. Assim, caracterizamos também a nossa pesquisa como de base etnográfica. Iniciamos agora a análise de dados.

⁴ Os dados em questão foram gravados para realização da pesquisa de Mestrado de Priscila Júlio Guedes Pinto, defendida em 2009.

5. ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados apresenta três excertos, em que mostraremos como as noções de papel, papel discursivo e de atividade e o hibridismo de papéis funcionam na fala-em-interação, tendo como foco a atuação do inspetor de polícia, e não a dos outros participantes. Embora reconheçamos sua importância, objetivamos discutir a prática profissional policial. Os dados provêm de dois interrogatórios policiais – o IP VI para os excertos um e dois, e IP VII para o três -, contextualizados adiante. Nos dois primeiros, mostramos em curtos, mas ricos episódios interacionais, o desempenho do papel de atividade clássico de investigador. Já o terceiro, mais longo, permite mostrar como o desempenho em outros papéis, não prescritos nos manuais. Passemos à análise do papel de atividade de investigador.

5.1. O desempenho do papel de atividade canônico de investigador

Como já formulado no título, o papel de investigador é um papel de atividade e considerado prototípico da atividade policial, em que o policial assume as posições de aquele que faz perguntas, com o objetivo de elucidar crimes e a verdade dos assim chamados “fatos”, e as partes emitem respostas, que podem ser elucidativas ou não dos “fatos” apurados. Entretanto, os excertos apresentam uma peculiaridade: enquanto o primeiro contém a investigação feita com adultos, no segundo, o policial investiga crianças menores de idade. No conjunto, eles mostram muito bem o que a teoria sociolinguística chama de ajuste ao interlocutor i.e., a capacidade de os falantes adaptarem o que dizem ao seu interlocutor, promovendo ajustes na fala, para melhor acomodar todos os tipos de diferenças (de nível social, cultural, local, etc.) que estão presentes nas situações reais de fala. Veremos estratégias diferentes de interrogar com cada tipo de interlocutor.

No interrogatório denominado “*Denúncia de maus tratos de menores*” (IP VI), um casal é acusado, por meio de uma denúncia anônima, de maltratar física e psicologicamente os filhos (menores de idade) e de mantê-los fora da escola, e polícia investiga o “fato”. Na ordem cronológica, inicialmente, o policial interroga os suspeitos I e II (respectivamente, a mãe e o pai das crianças) e, em seguida, os três filhos, da mais velha para o mais novo.

Abaixo, o policial interroga o suspeito II (o pai), na linha 136:

Excerto 1: [IP VI, 2007, 04:136-155]⁵

⁵ “IPVI” representa “interrogatório policial VI”, e “04:136-155” significa página quatro da transcrição original, linhas 136 a 155. Essa chave de leitura vale para os outros excertos.

0136 Inspetor as meninas⁶ estudam?
 0137 Suspeito II elas estão agora paradas né,
 0138 Inspetor tão paradas,
 0139 Suspeito II é, que nós viemos do:: do
 0140 interi[or]
 0141 Inspetor [há quanto tempo?]
 0142 Suspeito II tem uns::
 0143 (2.0)
 0144 Suspeito II tem um mês mais ou menos que a gente-
 0145 Inspetor vocês vieram daonde?
 0146 Suspeito II eu vim de ipatinga.
 0147 Inspetor ipatinga, lá elas estudavam?
 0148 Suspeito II °estudavam°=
 0149 Inspetor =estudavam?=
 0150 Suspeito II =estudavam.
 0151 Inspetor e elas pararam esse ano de estudar?
 0152 Suspeito II parou, porque ela >num achou< vaga quando veio
 0153 pra aqui né.=
 0154 Inspetor =entendi.
 0155 Suspeito II aí elas, foram atrás de vaga e não achou.

O trecho é iniciado com uma pergunta direta - “as meninas estudam?” (linha 136), do tipo sim e não, que abre a sequência de investigação, pondo em questão o objeto central de investigação – se as filhas estudam. No turno seguinte, o pai das crianças confirma a informação presente neste documento, alegando “elas estão agora paradas né,” (linha 137). O uso do advérbio “agora” indica que os estudos das filhas foram interrompidos recentemente. O inspetor repete apenas a informação principal - “tão paradas,” (linha 138), e, em seguida, o suspeito acrescenta uma prestação de contas - “que nós viemos do:: do interi[or]” (linhas 139-140), que justifica o fato.

Em sobreposição à parte da fala do suspeito, o inspetor expande mais a sequência, realizando a pergunta “[há quanto tempo?]” (linha 141) ao acusado, a fim de buscar informação sobre o período de tempo, em que a família se encontra hospedada na cidade. A sequência de pergunta e resposta do turno das linhas 136/137 é finalizada com a resposta - “tem um mês mais ou menos que a gente-” (linha 144), fornecida pelo suspeito após à UCT “tem uns::” (linha 142), não concluída em termos prosódicos, sintáticos e pragmáticos, e à pausa “2.0” (linha 143). A pausa, na linha 143, pode indicar que o pai das crianças está em processo de formulação da resposta. Na linha 145, o policial abre outra sequência de pergunta-resposta, com o proferimento da pergunta “vocês vieram daonde?”(linha 145), para buscar mais informação com o suspeito sobre a cidade de origem da família, o que é respondido no próximo turno- “eu vim de ipatinga.” (linha 146). Em seguida, o inspetor

⁶ A pergunta refere-se somente às filhas, porque o filho do casal mudou-se para a casa da madrinha, para poder estudar.

promove expansão da sequência, repetindo o local - “ipatinga,” (linha 147), que vale como encerramento da sequência (SCHEGLOFF, 2007).

Através da pergunta sim/não “lá elas estudavam?” (linha 147), o policial começa mais uma sequência de pergunta e resposta e verifica com o suspeito um fato registrado no BO relativo à não manutenção dos filhos na escola. Com essa pergunta, o investigador retoma o assunto sobre os estudos das crianças, presente no turno das linhas 132-133, 134 e 136.

Diferentemente da pergunta - “as meninas estudam?” (linha 136), através da qual o inspetor investiga a vida escolar das filhas atualmente, na pergunta - “lá elas estudavam?” (linha 147), ele averigua a situação escolar das menores anteriormente. Na linha 148, o suspeito, em tom de voz mais baixo, responde afirmativamente repetindo parte da pergunta (o verbo) - “estudavam”, tratando a pergunta apenas como do tipo sim e não, confirmando que as filhas estudavam na cidade onde moravam, demonstrando ser um pai responsável, que se preocupa com a educação dos filhos.

Como uma pós-expansão da sequência de pergunta e resposta do turno das linhas 147/148, o policial, em contiguidade à fala do suspeito, repete a resposta deste, ao proferir a UCT “=estudavam?” (linha 149), composta por um único verbo, pedindo confirmação da resposta, como forma de fazer com que o acusado se comprometa com o que foi dito no turno anterior. Na linha 150, o pai das crianças mantém a sua resposta anterior “=estudavam.”, mas em tom de voz normal.

No turno seguinte, o policial expande mais a sequência, fazendo a pergunta sim/não ao acusado “e elas pararam esse ano de estudar?” (linha 151). Através desta, ele solicita confirmação do pai das crianças quanto ao período em que as filhas não frequentaram a escola. Nas linhas 152-153, o suspeito confirma a informação contida na pergunta, dizendo “parou,” (linha 152) e, dentro do mesmo turno, justifica o motivo pelo qual as filhas não estão estudando (“porque ela >num achou< vaga quando veio pra aqui né.”-linhas 152-153). Tal justificativa prossegue na linha 155 (“aí elas, foram atrás de vaga e não achou.”), após a produção da UCT “=entendi.” pelo inspetor, o qual demonstra estar recebendo informação.

Com base na análise deste segmento de fala, podemos perceber que as perguntas nas linhas 136, 147, 149 e 151 são feitas pelo policial de forma séria, i.e., em nenhum momento, ele brinca com o pai das crianças (suspeito II). Ao interrogar o suspeito II de maneira séria, o policial desempenha o seu papel de investigador, fazendo perguntas que lhe possibilitem

conseguir alguma informação que condiga com o que consta no BO quanto à manutenção das crianças fora da escola pelos pais.

Ao longo de todo o excerto, o inspetor desempenhou o papel discursivo de perguntador e de receptor de respostas.

No excerto abaixo, o inspetor interroga agora as três crianças (vítimas I, II, III) sobre o mesmo tópico. Vítima I é a filha mais velha do casal, de 15 anos, e as vítimas II (uma menina) e III (um menino) são os filhos mais novos, na faixa etária entre 7 a 10 anos de idade.

Excerto 2: [IP VI, 2007, 07:361-08:394]

0361 Inspetor sua mãe te ensina alguma coisa em casa?

0362 Vítima I oi?

0363 Inspetor sua mãe te ensina alguma coisa em casa?

0364 Vítima I sim, é:::=

0365 Inspetor =de aula?

0366 Vítima I não.

0367 Inspetor ela te ensina a fazer conta, essas coisas?

0368 Vítima I não, >isso eu já< sei?

0369 Inspetor cê já sabe né? muito bem, obrigado tá?, vem cá

0370 ô:: gatinha, senta aqui perto do:: e você, como

0371 é que é o seu nome?

0372 Vítima II lívia.=

0373 Inspetor =lívia? cê sabe escrever seu nome, lívia, sabe?

0374 ((vítima II sinaliza "sim" com a cabeça))

0375 mentira. escreve aqui pra mim, em cima aqui do

0376 nome da sua irmã.

0377 (3.0)

0378 Inspetor e o botafoguense aí, sabe escrever o nome?

0379 ((vítima III sinaliza "sim" com a cabeça))

0380 Inspetor mentira, sabe mesmo? então, nós vamos saber

0381 agora.

0382 (5.5)

0383 Vítima III nome todo?

0384 Inspetor nome todo.

0385 (0.5)

0386 Inspetor pode copiar da-do nome da irmã aí pra você ver.

0387 (0,8)

0388 Vítima III ()

0389 Inspetor não tem problema não rapaz, não tem problema

0390 não, eu escrevo pra você.

Porém, com cada uma das crianças, sua forma de investigar é diferente. Com a vítima I, a filha mais velha, o inspetor inicialmente faz pergunta direta em relação ao conteúdo da pergunta em si - “sua mãe te ensina alguma coisa em casa?” (linha 361), mas indireta em relação ao que quer saber – se as crianças iam à escola, possivelmente trabalhando com a lógica dos contrários: se estudavam com a mãe em casa, então não iam à escola. A vítima I insere reparo - “oi?” (linha 362), demonstrando não entender toda a pergunta que lhe foi feita no turno anterior, e o policial a repete no turno seguinte - “sua mãe te ensina alguma

coisa em casa!” – (linha 363). A resposta incipiente da vítima I, na linha 364 - “sim, é:::=” é interceptada pelo inspetor, em contiguidade à sua fala, ajustando o entendimento de sua pergunta anterior, especificando a informação para conteúdo escolar - “=de aula!” (linha 365), negado pela criança na linha 366 - “não.”.

O inspetor reformula a mesma pergunta, na linha 367, utilizando exemplos - “ela te ensina a fazer conta, essas coisas?”, ou seja, ele persegue ainda uma resposta, não se dando por convencido do que ouviu. A vítima I, novamente nega - “nãoo,” mas adiciona uma explicação “>isso eu já< sei!” (linha 368). A sequência se encerra com o inspetor repetindo a resposta reformulada - “cê já sabe né?”, adiciona avaliação e agradecimento - “muito bem, obrigado tá?,” (linha 369).

O interrogatório com a vítima II, mais jovem que a vítima I, inicia-se de modo diferente: o policial utiliza estratégias de aproximação (a forma de tratamento e a proximidade corporal) e de estabelecimento de comunicação fática (o nome) - “vem cá ô::: gatinha, senta aqui perto do::: e você, como é que é o seu nome?” (linha 369-371), para quebrar o clima mais formal e deixar a criança mais relaxada. Com isso, foi mudado o contexto, a sequência, e, obviamente, a tarefa em si.

Desta vez, a estratégia em si de obtenção da informação é mais indireta que a anterior. O inspetor utiliza a resposta da vítima II, seu nome - “=lívvia?” (linha 372) para iniciar uma sequência de pré-pedido com a pergunta - “cê sabe escrever seu nome, lívvia, sabe?”(linha 373). A resposta não-verbal da criança (linhas 374) é seguida de uma avaliação de encorajamento “mentira.”, e depois vem o pedido em si - “escreve aqui pra mim, em cima aqui do nome da sua irmã.”(linhas 375-376). Em geral, pré-sequências desempenham a função de checar a viabilidade de se prosseguir com a proposta da sequência em si. Assim, um pré-pedido quer checar se há condições se haver o pedido. É muito comum isso ocorrer nos chamados “pedidos de favor”, e.g., “você vai à cidade, vou, então compra isso pra mim, compro sim”.

A vítima III, um menino, é abordada também com estratégia de aproximação, mas sutilmente diferente: ela é mais curta, o inspetor apenas usa a forma de tratamento de atribuição de time de futebol, algo tipicamente do universo masculino, logo depois seguindo a pergunta - “e o botafoguense aí, sabe escrever o nome?” (linha 378). A resposta é igualmente não-verbal, como com a vítima II (linha 379), o inspetor usa a mesma avaliação de surpresa, mas vem seguida de um desafio - “mentira, sabe mesmo? então, nós vamos saber agora.” (linhas 380-381), algo também mais típico do universo dito masculino. Há

uma longa pausa – “(5.5)” (linha 382), não preenchida, e a dificuldade de realizar a tarefa se faz notar com a inserção do reparo pelo menino - “nome todo?” (linha 383), confirmado pelo inspetor “nome todo.” (linha 384).

Dada nova dificuldade (a pausa na linha 385), o inspetor oferece alternativa (linha 386) e, dado novo silêncio (linha 387), o inspetor o libera da tarefa - “não tem problema não não tem problema não, eu escrevo pra você.” (linhas 389-390).

Aqui, fulcralmente, o inspetor atua nos papéis discursivos de perguntador. Mostramos a seguir outros papéis, não canônicos, desempenhados pelo inspetor.

5.2. O desempenho de outros papéis

Nesta seção, mostraremos como o inspetor de polícia desempenha outros papéis de atividade, não prescritos, e também uma variação em seu papel discursivo. No interrogatório denominado “*Agressão física do marido contra esposa*” (IP VII), a vítima, uma mulher de vinte e nove anos, acusa o suspeito, seu companheiro, de quarenta anos, de lesão corporal.

O excerto é relativamente longo e retrata o momento do interrogatório, em que o inspetor de polícia diagnostica a possível causa da violência contra a mulher e propõe uma possível solução, para evitar o surgimento de outra agressão. É aí que ele, então, desempenha outros papéis além do papel de investigador.

Abaixo, os temas abordados são a legalidade do casamento e os bens em comum do casal:

Excerto 3: [IP VII, 2007, 07:294-08:376]

0294 Inspetor me fala uma coisa pra eu entender, vocês são casados
 0295 no papel?=
 0296 Vítima =só na igreja.=
 0297 Inspetor =só na igreja?=
 0298 Vítima =isso.=
 0299 Inspetor =tá, mas tem filhos juntos?
 0300 Vítima tem dois.
 0301 Inspetor tem dois. deixa eu explicar um negócio pra vocês,
 0302 porque eu tô vendo aí,
 0303 (2.0)
 0304 Inspetor que infelizmente falta é informação, né.
 0305 Vítima °é.°
 0306 Inspetor falta é informação, tá muito comum (.) é:: na vida da
 0307 gente, o fato de eu estar aqui não quer dizer que eu
 0308 sou o dono da verdade não, entendeu? nem o rei das
 0309 virtudes, não quer dizer nada, quer dizer que eu tô
 0310 com um pouco mais de experiência que vocês, eu tô
 0311 vendo aí, são- a senhora é muito nova, vinte e nove
 0312 anos, não é isso mesmo?=
 0312

0313 Vítima =isso↓=
 0314 Inspetor =o senhor tem trinta e nove, não é isso.
 0315 Suspeito [é.]
 0316 Vítima [fez quarenta↓]=
 0317 Suspeito =eu tenho quarenta↓=
 0318 Inspetor fez quarenta.=
 0319 Suspeito =fiz dia vinte e oito de julho.=
 0320 Inspetor =isso.
 0321 (1.0)
 0322 Inspetor a pê ême ((polícia militar)) pôs trinta e nove, eu
 0323 tinha lido, então o que aconte- é, é isso mesmo, então
 0324 o que acontece, a gente aqui (.) num- num tem (.) é-
 0325 a competência funcional (.) pra ficar orientando
 0326 casais em crise, ainda mais (.) quando o fundo, que a
 0327 gente percebe aqui, quando o fundo (.) da desavença é
 0328 um bem material, essa casa de vocês, foi construída
 0329 quando?
 0330 (1.0)
 0331 Vítima foi construída tem uns sete anos.
 0332 Inspetor [então vocês tavam juntos.]
 0333 Vítima [quando eu passei pra ela] estávamos juntos, quando
 0334 eu passei pra ela a minha filha tava com um aninho de
 0335 idade.=
 0336 Inspetor =então vocês tavam juntos quando essa casa foi
 0337 construída?=
 0338 Suspeito =foi↓=
 0339 Inspetor =foi. é:: (.) a nossa lei, a nossa legislação é uma
 0340 legislação que tende muito a ser perfeita.
 0341 (1.5)
 0342 Inspetor então mesmo que a pessoa não seja casada é no papel,
 0343 (1.5) a gente cham- chama casada de direito, mesmo
 0344 que a pessoa não seja casada no papel, se ela viveu
 0345 junto com uma pessoa determinada quantidade de tempo,
 0346 né? (2.0) essas pessoas têm os mesmos direitos, os
 0347 mesmos deveres, né, de uma pessoa que é casada (.) no
 0348 papel.
 0350 Suspeito =não, com certeza.=
 0351 Inspetor =né.=
 0352 Suspeito =não, exatamente.
 0353 Inspetor eu vou pedir o senhor pra não me interromper.
 0354 (1.0)
 0355 Inspetor é:: então o que acontece (.) quando a gente, (1.5)
 0356 porque é ser humano, porque ser humano é:: muito
 0357 interessante >ser humano,< a única condição que
 0358 difere a gente dos bichos é a condição de raciocinar.
 0359 e quando a gente perde esse raciocínio, aí sim >a
 0360 gente vira bicho.<
 0361 (2.5)
 0362 Inspetor então é uma condição, que corta pros dois lados.
 0363 então o que acontece, cês tão há- (.) a senhora me
 0364 disse ter aí três quatro anos, o senhor me disse
 0365 também, vivendo um inferno, porque falta orientação,
 0366 eu vou dizer a vocês o seguinte, é muito fácil de
 0367 resolver isso, é só se separar.

O excerto como um todo é riquíssimo em movimentos interacionais do inspetor, principalmente, e nele vemos a presença de vários tipos de materiais conversacionais que aparecem em interações, como prefácios, explicações (as prestações de contas), avaliações,

reformulações, etc. Referimo-nos às seguintes elocuições: ele parece antecipar uma explicação, mas não a leva a cabo - “deixa eu explicar um negócio pra vocês, porque eu tô vendo aí, ” (linhas 301-302); depois, parece retomar o mesmo caminho, mas o abandona de novo - “eu tô vendo aí, são-”; em seguida, usa expressão que faria avançar a interação, igualmente interrompida - “então o que aconte- é,”; no momento seguinte, faz a interação prosseguir - “então o que acontece,” (linhas 323-324); mais adiante, o mesmo recurso aparece - “é:: então o que acontece” (linhas 355); “então o que acontece,” (linha 363).

Argumentamos que essas seis elocuições formam um “limite natural” no fluxo da conversa, dentro dos quais determinadas ações se passam, distintas umas das outras, até atingir o clímax.

O primeiro movimento inicia-se com um prefácio explicativo - “me fala uma coisa pra eu entender,” (linhas 294), antecedente à pergunta - “você são casados no papel?=” (linhas 294-295). A resposta da vítima - “=só na igreja?=” (linha 296) é seguida de inserção de repetição pelo inspetor - “=só na igreja?=” (linha 297), confirmação, na forma mínima - “=isso.=” (linha 298), e encerramento da sequência pelo inspetor - “tá,” (linha 299). Observe-se o engatamento de uma fala na outra nas linhas 295 e 299, o que significa troca rápida de turnos. O inspetor assume o papel discursivo de perguntador, e a vítima, de respondedora. As perguntas estão relacionadas à construção de aspectos da situação legal do casal (regime de casamento, filhos e herdeiros), que funcionam como pré-requisitos para que o inspetor, também formado em direito, possa dar as explicações legais no quarto movimento (linhas 339-351). Nessa medida, elas se comportam como pré-sequências a avaliações legais, nós a chamaremos de pré-avaliações legais.

O segundo movimento inicia-se com um prefácio explicativo - “deixa eu explicar um negócio pra vocês, porque eu tô vendo aí,” (linhas 301-302), que é na verdade um pré-anúncio do aconselhamento que se seguirá, após o qual o inspetor avalia o grau de informação do casal sobre sua situação legal “que infelizmente falta é informação, né.”, posição ratificada pela vítima - “°é. °” (linha 305), e repetida pelo inspetor - “falta é informação,” (linha 306), e seguida de explicações - “tá muito comum (.) é:: na vida da gente,” (linhas 306-307). Nas linhas 307-311, o inspetor faz várias projeções de papel (“dono da verdade, rei das virtudes”), culminando naquele que o coloca como alguém mais velho, e, portanto, mais experiente - “eu tô com um pouco mais de experiência

que vocês,” ou seja, o inspetor se constrói aqui, não como inspetor de polícia⁷, mas como pessoa mais velha, legitimada a dar conselhos.

O terceiro movimento (linhas 310-323) destina-se basicamente a identificar as idades dos outros participantes, e ratificar as negociações de papel feitas acima, atuando o inspetor no papel de perguntador, e vítima e suspeito, no de respondedores.

O quarto movimento é mais complexo, e inicia-se com a expressão - “então o que acontece,” (linha 324), após o que seguem duas avaliações. Na primeira, o inspetor, pela negação, formula seu entendimento do papel que desempenha - “a gente aqui (.) num-num tem (.) é- a competência funcional (.) pra ficar orientando casais em crise,” o de orientador conjugal, e fornece avaliações explicativas do motivo da crise - “ainda mais (.) quando o fundo, que a gente percebe aqui, quando o fundo (.) da desavença é um bem material, ” (linhas 327-328).

As avaliações acima são seguidas novamente de pré-avaliações legais, iniciadas pelo inspetor na pergunta - “essa casa de vocês, foi construída quando?” (linhas 328-329), culminam com a formulação de uma avaliação de natureza legal em - “=então vocês tavam juntos quando essa casa foi construída?=” (linhas 336-337) e se encerram com o terceiro turno de encerramento de sequências - “=foi.” (linha 339). Como se vê, o foco aqui é na identificação da fonte do problema do casal: a casa em comum.

O ponto alto desse quarto movimento consiste nas avaliações de natureza legal, que se iniciam em “é:: (.) a nossa lei, a nossa legislação é uma legislação que tende muito a ser perfeita.” (linhas 339-340)”, são permeadas por explicações - “a gente cham- chama casada de direito,” (linha 343) e prosseguem até “essas pessoas têm os mesmos direitos, os mesmos deveres, né, de uma pessoa que é casada (.) no papel.” (linhas 346-348). Neste momento, o inspetor fornece explicações de como a legislação funciona, com base nos dados apurados anteriormente sobre a situação legal do casal, efetivamente desempenhando o papel de orientador/consultor jurídico.

É digna de nota a ocorrência, em que o inspetor transforma uma participação legítima do suspeito em - “=não, com certeza.=” (linha 350), em que desempenha o papel discursivo de receptor das avaliações, e, ao mesmo tempo, de conhecedor do conteúdo em causa e, portanto, de não desrespeitador da lei, em uma questão de falta de respeito à autoridade - “eu vou pedir o senhor pra não me interromper.” (linha 353).

⁷ Essa análise põe em cheque, de certa forma, a identidade de inspetor assumida nas transcrições. Estamos cientes do fato, mas optamos por manter os nomes ligados às tarefas institucionais, por serem aquelas mais recorrentes nos interrogatórios em nosso corpus.

O quinto movimento inicia-se com a expressão - “é:: então o que acontece” (linha 355), ocorre uma micropausa, o turno de fala toma uma direção - “quando a gente,” (linha 355), mas ocorre outra pausa, mais longa - “(1.5)” (linha 355), e a interação muda de rumo - o inspetor começa a dar explicações sobre a natureza humana “porque é ser humano,” (linha 356), como um filósofo da vida cotidiana, e culmina com uma avaliação da condição humana - “e quando a gente perde esse raciocínio, aí sim >a gente vira bicho.<” (linhas 359-360), igualando homens a animais irracionais. Nesse movimento, parece-nos que o inspetor está, de certa forma, tornando normal a reação do casal (de virar bicho em certas ocasiões, que isso é natural do ser humano), quando se para de raciocinar. E é justamente por eles não estarem raciocinando que ele, por estar olhando a situação de fora e não estar envolvido, é que consegue raciocinar e dar o conselho certo: se separar.

O sexto e último movimento, que contém o ápice de todo o excerto, inicia-se novamente com a expressão - “então o que acontece,” (linha 363). O que seria uma avaliação - “cês tão há-” (linha 363) é seguido por uma micropausa, e o inspetor retoma a voz dos participantes - “(.) a senhora me disse ter aí três quatro anos, o senhor me disse também, vivendo um inferno,” (linhas 364-365), reformulando-as como avaliações, em que as partes, elas próprias, trazem aspectos negativos da situação vivida, transformando-as, também, em co-avaliadoras; segue-se uma explicação - “porque falta orientação,” (linha 366), e, finalmente, a sugestão para o caso, prefaciada - “eu vou dizer a vocês o seguinte, é muito fácil de resolver isso, é só se separar.” (linhas 366-367), em que o inspetor atua no papel de atividade de um conciliador⁸, fazendo proposta às partes.

Em resumo, aqui ele constrói a situação de infelicidade do casal (que parece ser ao que tudo se resume), o fato de eles estarem vivendo um inferno, coloca na boca da esposa o que lhes falta - orientação, e, finalmente fornece, então, o que está faltando (a orientação): o conselho de que eles devem se separar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos como objetivo nesse trabalho estudar os papéis desempenhados por um inspetor de polícia em seu desempenho profissional em interrogatórios policiais, a partir da

⁸ Manuais de mediação (e.g. SAMPAIO & BRAGA NETO, 2007) afirmam que uma das diferenças principais entre mediação e conciliação é que, na primeira forma, o mediador não pode fazer propostas, e já na segunda, isso é permitido.

análise de três segmentos de fala-em-interação. De início, é preciso demarcar, que, em nossa perspectiva, o inspetor ocupa, primeiramente o *status* de policial. Enquanto pertencente, então, à instituição policial, podemos tratar de sua atuação, o que nos remete aos três exemplos analisados.

As análises mostram que, nos dois primeiros excertos, o policial atuou no seu papel de atividade protocolar de investigador, apurando crimes e a “verdade dos fatos”, via papel discursivo de perguntador. Quando ele interroga adultos, utiliza, de início, a técnica de perguntas diretas, do tipo sim e não, e, quando interroga crianças, primeiro usa de estratégias para diminuir o peso da situação formal de interrogatório, criando um contexto mais ameno, e depois também usa perguntas do tipo sim e não, diretas, mas disfarça o que deseja saber, através de perguntas alternativas, que aparentemente focam em outro tópico, mas no fundo checam a mesma situação – a escolaridade das crianças. Ou seja, a estratégia é indireta.

Nesse sentido, podemos afirmar que interrogar adultos é diferente de interrogar crianças. Não tivemos aqui interrogatórios mais extensos com adultos, ou com crianças, em que o inspetor necessitasse reformular várias vezes as perguntas para perseguir uma mesma resposta, ou que tivesse de variar de técnicas de perguntar, como se sabe que ocorre em interrogatórios policiais. As técnicas usadas aqui não foram muito variadas, mas registramos um nicho importante de pesquisa futura sobre outras formas de interrogar. É de se supor que, quanto mais os suspeitos tentem fugir das acusações, mais o inspetor terá de ser ardiloso nas perguntas para tentar achar o que procura, ou seja, deverá subir o grau de indiretividade de estratégias, usado aqui como um termo genérico.

Das partes (vítima e suspeito), fica evidente seu papel de atividade de suspeitos que negam o crime, e seu papel discursivo de respondedores, negando, no primeiro excerto, e das vítimas, no segundo, de respondedores. Poderíamos pensar no papel de atividade de crianças que vão à escola, como papel em foco para as vítimas.

O terceiro excerto, todavia, revelou a presença de fenômenos interacionais mais variados em amplos. Em primeiro lugar, destacamos aspectos da organização sequencial pela presença de pré-avaliações legais, sequências que tem por objetivo angariar informações jurídicas a respeito do caso em questão, para que possa ser emitida sua avaliação mais adiante, na sequência de avaliação em si. Vimos também o uso estratégico de determinadas expressões, que funcionaram como engrenagens para fazer a conversa progredir e delimitar fronteiras de ações. Em termos de papéis discursivos, o inspetor atuou no papel de perguntador, mas também no de avaliador, fornecedor de explicações, e, em termos de papel

de atividade, desempenhou os papéis de investigador, orientador/consultor jurídico, filósofo da vida cotidiana, e também de conciliador.

A partir dessa análise parece-nos mais adequado conceber que um inspetor desempenha um conjunto de papéis em seu mandato institucional de inspetor, em nome de seu *status* de policial, o que equivale a afirmar que há, nessa prática profissional, um hibridismo de papéis, como é característico da vida contemporânea; as situações são mais complexas, os papéis o são também. Cabe, por ultimo, indagar sobre a relação de complementaridade ou conflito entre esses papéis. A nós, parece-nos que são papéis que se complementam para o melhor exercício da profissão em si, e fazer a instituição lidar concretamente com a situação real que se encontra ali, no aqui e agora do encontro. Representam, em última análise, a alta sensibilidade do inspetor para essas questões emergentes, da ordem do contingente. Como vimos, ele conseguiu identificar a causa da violência doméstica. O desempenho desses vários papéis pelo inspetor contribuiu, então, para o melhor atendimento, em última análise, à população.

De tudo o que foi tratado acima deriva um forte flanco de natureza aplicada para este tipo de investigação. Acredita-se que este trabalho possui impacto para a formação profissional de policiais civis, por mostrar que estes não atuam apenas como investigadores na Delegacia de Polícia, mas também em outros papéis, complementares, e não previstos oficialmente, mas que ocorrem na prática. No mínimo, ocorre aqui uma redescritção de uma prática. Por fim, acreditamos que pesquisas com base em dados de fala-em-interação no cenário brasileiro para lidar com a instituição policial representam um novo olhar, como já o faz pioneiramente no Brasil Del Corona (2011).

Correções recebidas em: abril de 2016

Republicado em: abril 2016

priscila.pinto@ifsudestemg.edu.br

pcgago@letras.ufrj.br

REFERÊNCIAS

BEACUCHAMP, T. L.; CHILDRESS, J. F. Moral norms. In: _____. *Principles of biomedical ethics*. New York: Oxford University press, 2001. p. 1-25.

BERGER, P. L. E LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. New York: Anchor Boks, 1996. Tradução de: BERGER, P. L. E LUCKMANN, T. *The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge*. New York: Anchor Books, 1966.

DEL CORONA, M. de O. O universo do 190 pela perspectiva da fala-em-interação. Tese de doutorado. 245f. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

GAGO, P. C. A organização sequencial da conversa. *Calidoscópico*, v. 3, n. 2, p. 61-73, 2005.

GONÇALVES, C. A. V. Usos morfológicos: os processos marginais de formação de palavras em português. *Gragoatá*, v. 21, p. 219-242, 2006.

Heritage, J. Conversation analysis and institutional talk: analysing data. In: Silverman, D. (Ed.) *Qualitative Research: Theory, Method and Practice*. London: Sage: 1997. p. 161-182.

LINTON, R. The status-role concept. In: HOLLANDER, E. P. and HUNT, R. G. (Eds). *Classic Contributions to Social Psychology*. New York: Oxford University Press, 1971. p. 111-114.

MERTON, R. *Social Theory and Social Structure*. New York: Free Press, 1968.

PARSONS, T. *Essays in Sociological Theory*. Glencoe, IL.: The Free Press, 1954.

PINTO, P.J.G. *Práticas sequenciais de negociação nos interrogatórios policiais da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher*. 180f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

RAFFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. et al. *Réseaux territoriaux*. Caen, Paradigma, 1988.

RUBIN, H. J.; RUBIN, I. S. The Art of Hearing Data. *Qualitative Interviewing*. Thousand Oaks: Sage, 1995.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Revista Veredas de Estudos Linguísticos*, v. 7, n. 2, p. 01-67, jan./dez. 2003. Tradução do original: 1974. A Simplest Systematics for the Organization of Turn Taking for Conversation. *Language*, v. 50, n. 4, p. 696-735. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo14.pdf>

SAMPAIO, L. R. C.; BRAGA NETO, A. O que é mediação de conflitos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SARANGI, S. Reconfiguring self/identity/status/role: The case of professional role performance in healthcare encounters. *Journal of Applied Linguistics and Professional Practice*. Bern: Peter Lang, p. 33-57, 2010.

_____. Role hybridity in professional practice. In: Sarangi, S.; Polese, V.; Caliendo, G. (Eds.). *Genre(s) on the Move: Hybridisation and Discourse Change in Specialised Communication*. Roma: Edizioni Scientifiche Italiane, 2011. p. 271-296.

_____. The conditions and consequences of professional discourse studies. In: R. Kiely, P. Rea-Dickins, H. Woodfield and G. Clibbon (Eds.). *Language, Culture and Identity in Applied Linguistics*. London: Equinox, 2006. p. 199-220.

SCHEGLOFF, E. *Sequence organization: a primer in conversation analysis*. New York: Cambridge University Press, 2007.

_____. Sequence-closing thirds. In: _____. *Sequence organization*. Estados Unidos: Califórnia, 1995. cap. 12, p. 242-244.

SIDNELL, J.; STIVERS, T. *The handbook of conversation analysis*. Oxford, UK: Wiley-Blackwell, 2013.

ZIMMERMAN, D. H. Identity, context and Interaction. In: ANTAKI, C. and WIDDICOMBE, S. (Eds.). *Identities in Talk*. London: Sage, 1998. p. 87-107.

ⁱ Ver Sidnell e Stivers (2013) para uma introdução à área.